

Confraria N^a. Sr^a. da Nazaré

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	12
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	21
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	21
6. Ativos Intangíveis	24
7. Locações.....	25
8. Custos de Empréstimos Obtidos	25
9. Inventários	26
10. Rédito	26
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	27
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	27
14. Imposto sobre o Rendimento	27
15. Gastos com o pessoal.....	28
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	28
17. Outras Informações	29
17.1. Investimentos Financeiros	29
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	29
17.3. Clientes e Utentes.....	30
17.4. Outras contas a receber.....	31
17.5. Diferimentos	31
17.6. Outros Ativos Financeiros	31
17.7. Caixa e Depósitos Bancários	32
17.8. Fundos Patrimoniais.....	32

17.9. Fornecedores	32
17.10. Estado e Outros Entes Públicos	33
17.11. Outras Contas a Pagar	33
17.12. Outros Passivos Financeiros	33
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração	34
17.14. Fornecimentos e serviços externos	34
17.15. Outros rendimentos e ganhos	34
17.16. Outros gastos e perdas	35
17.17. Resultados Financeiros	35
17.18. Acontecimentos após data de Balanço	35

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a circular stamp and several scribbles.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large 'B' and other illegible marks.

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.908.131,76	3.760.213,69
Bens do património histórico e cultural	5	673.127,29	673.127,29
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros	17.1	10.008,34	8.873,37
Subtotal		4.591.267,39	4.442.214,35
Ativo corrente			
Inventários	9	64.961,07	65.443,88
Créditos a receber	17.3	318.198,42	353.579,34
Adiantamentos a fornecedores		1.800,94	2.400,00
Estado e outros Entes Públicos	17.10	16.013,92	22.410,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	7.345,00	4.456,00
Outros créditos a receber	17.4	248.696,20	199.077,40
Diferimentos	17.5	10.002,75	13.925,22
Caixa e depósitos bancários	17.7	41.225,66	20.453,41
Subtotal		708.243,96	681.746,17
Total do Ativo		5.299.511,35	5.123.960,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	129.744,81	129.744,81
Reservas	17.8	63.705,09	63.705,09
Resultados transitados	17.8	1.293.484,11	965.086,02
Excedentes de revalorização	17.8	454.449,89	457.949,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	1.013.124,64	981.865,49
Resultado Líquido do período		278.969,25	324.898,09
Total do fundo do capital		3.233.477,79	2.923.249,39
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	627.176,12	747.992,85
Outras dividas a pagar			
Subtotal		627.176,12	747.992,85
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	194.747,81	282.502,30
Adiantamentos de clientes		15.470,76	2.848,34
Estado e outros Entes Públicos	17.10	97.088,52	99.059,43
Financiamentos obtidos	8	430.897,29	431.959,89
Diferimentos	17.5	21.000,00	-
Outras dividas a pagar	17.11	679.653,06	636.348,32
Subtotal		1.438.857,44	1.452.718,28
Total do passivo		2.066.033,56	2.200.711,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.299.511,35	5.123.960,52

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures of the Administrative Board members.

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	2.046.658,27	2.002.052,04
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.406.041,02	1.378.202,84
Trabalhos para a própria entidade	5	143.979,00	117.462,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(421.596,41)	(458.358,32)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(1.065.511,46)	(1.046.800,25)
Gastos com o pessoal	15	(2.088.788,04)	(2.135.464,82)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	(6.542,16)	(20.167,75)
Outros rendimentos	17.15	558.282,37	836.439,31
Outros gastos	17.16	(79.390,28)	(113.165,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		493.132,31	560.200,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(189.578,92)	(199.697,27)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		303.553,39	360.503,00
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	-	-
Juros e gastos similares suportados	17.17	(24.584,14)	(35.604,91)
Resultados antes de impostos		278.969,25	324.898,09
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		278.969,25	324.898,09

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

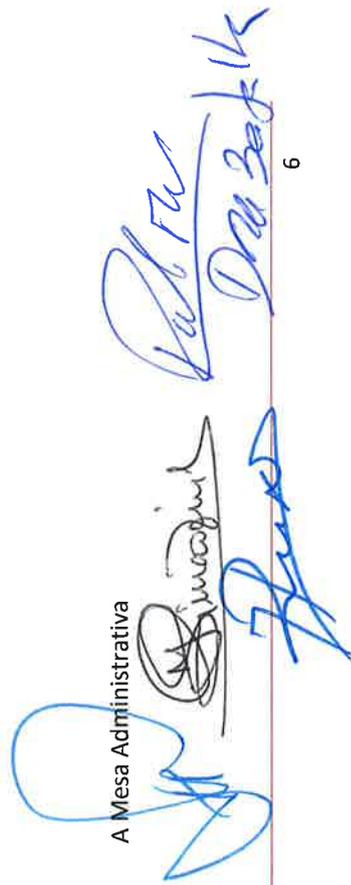
Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		2.046.658,27	2.002.052,04
Custo das vendas e dos serviços prestados		(421.596,41)	(458.358,32)
Resultado bruto		1.625.061,86	1.543.693,72
Outros rendimentos		2.101.760,23	2.311.937,15
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(3.423.268,70)	(3.495.127,87)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		303.553,39	360.503,00
Gastos de financiamento (líquidos)		(24.584,14)	(35.604,91)
Resultados antes de impostos		278.969,25	324.898,09
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		278.969,25	324.898,09

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	129.744,81	-	63.705,09	818.939,32	-	461.449,89	1.125.291,36	93.863,32	2.692.993,79	-	2.692.993,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						(3.500,00)				(3.500,00)		
Excedentes de realização do excedente de reval. de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	146.146,70			(143.425,87)	(93.863,32)	(91.142,49)		(91.142,49)
					146.146,70			(143.425,87)	(93.863,32)	(94.642,49)		(94.642,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								324.898,09	324.898,09		324.898,09
RESULTADO EXTENSIVO	4-2+3								231.034,77	230.255,60		230.255,60
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	5-1+2-3+5	129.744,81	-	63.705,09	965.086,02	-	457.949,89	981.865,49	324.898,09	2.923.149,39	-	2.923.249,39

O Contabilista Certificado

Paula da Luz

A Mesa Administrativa

Paula da Luz
Paula da Luz
Paula da Luz

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	129.744,81	-	63.705,09	965.086,02	-	457.949,89	981.865,49	324.898,09	2.923.249,39	-	2.923.249,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					3.500,00		(3.500,00)					
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	328.398,09	-	(3.500,00)	31.259,15	(324.898,09)	31.259,15	-	31.259,15
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								278.969,25	278.969,25		278.969,25
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(45.928,84)	310.228,40		310.228,40
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações	10											
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	129.744,81	-	63.705,09	1.293.484,11	-	454.449,89	1.013.124,64	278.969,25	3.233.477,79	-	3.233.477,79

O Contabilista Certificado

Handwritten signature in blue ink

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures in blue ink

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.088.119,45	2.013.741,22
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(1.430.400,55)	(1.490.336,11)
Pagamentos ao pessoal		(2.070.942,34)	(2.145.429,00)
		-	-
Caixa gerada pelas operações		(1.413.223,44)	(1.622.023,89)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.778.137,41	1.919.443,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		364.913,97	297.419,14
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(201.160,74)	(387.189,46)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		3.482,49	(4.676,55)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	263.500,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(197.678,25)	(128.366,01)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	295.100,94
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(121.879,33)	(419.625,62)
Juros e gastos similares		(24.584,14)	(35.604,91)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(146.463,47)	(160.129,59)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		20.772,25	8.923,54
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		20.453,41	11.529,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		41.225,66	20.453,41

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Confraria Nossa Senhora da Nazaré é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada no livro 3 das Associações de Solidariedade Social, a fls 6 e verso, sob o nº. 44/85, conforme declaração do Instituto de Segurança Social, com sede em Largo de N^ª. Sr^ª. da Nazaré, Sítio da Nazaré, Contribuinte Fiscal nº. 500745960.

Tem como atividade principal a Assistência Social e promoção da Saúde. Para que possa prosseguir os seguintes objetivos, propõe-se manter as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Jardim de Infância;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens;
- Centro Comunitário
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Lar de Terceira Idade;
- Centro de Dia;
- Centro de acolhimento aos sem-abrigo;

A entidade mantém ainda um Hospital, onde funcionam as valências:

- Centro Hospitalar;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Bloco Operatório;
- Unidade de Internamento Particular.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, obtida a licença do Ordinário Diocesano, a Confraria poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, ou recreativo.

A Confraria pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ela criadas, mesmo que em

parceria, desde que os resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Como atividades secundárias a Confraria pode desenvolver, nomeadamente, as seguintes atividades:

- Exploração ou arrendamento da Praça de Toiros,
- Exploração ou arredamento do Pinhal;
- Exploração ou arrendamento do Teatro Chaby Pinheiro;
- Exploração ou arrendamento dos seus imóveis;
- Exploração da Loja Oficial do Santuário;
- Exploração do Bar;
- Outras atividades que concorram para obter financiamento para a concretização dos fins da Confraria.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 publicado no DR 2ª. Serie nº. 146 de 29 de Julho de 2015;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Neste tipo de Entidade, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 17.4 e 17.11) e “Diferimentos” (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.



3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade da Entidade doadora.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “ **Bens do património histórico e cultural** ” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção. As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores-beneméritos-patrocionadores-doadores-associados-membros

As quotas, donativos e outros apoios similares procedentes de beneméritos/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outros Créditos a Receber

Os “Clientes” e os “Outros Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

À data do balanço a Entidade não registou nenhuma provisão.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os

Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo. À data do balanço a Entidade não tinha nem ativos nem passivos contingentes para divulgar.



3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeita a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco

anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão

O resultado líquido apurado no ano de 2017 resulta das atividades constantes nos Estatutos da Entidade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29

No período de 2017, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	673.127,29	-	-	-	-	673.127,29

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	5.080.117,78	180.460,77	-	253.096,01	-	5.513.674,56
Equipamento básico	1.559.331,02	24.458,07	-	-	-	1.583.789,09
Equipamento de transporte	368.364,65	47.000,00	(20.238,71)	-	-	395.125,94
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	206.271,42	-	-	-	-	206.271,42
Outros Ativos fixos tangíveis	93.810,73	6.470,70	-	-	-	100.281,43
Activos tangíveis em curso	460.188,22	93.828,10	-	(253.096,01)	-	300.920,31
Total	7.811.077,36	352.217,64	(20.238,71)	-	-	8.143.056,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.112.733,86	140.310,33	-	-	-	2.253.005,42
Equipamento básico	1.459.673,81	35.988,11	-	-	-	1.495.661,92
Equipamento de transporte	355.598,53	16.127,84	(20.238,71)	-	-	351.487,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	194.048,10	3.856,75	-	-	-	197.904,85
Outros Ativos fixos tangíveis	81.368,51	3.414,24	-	-	-	84.782,75
Total	4.203.422,81	199.697,27	(20.238,71)	-	-	4.382.842,60
Ativos fixos tangíveis	3.607.654,55	152.520,37	-	-	-	3.760.213,69

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	42.993,54
Edifícios e outras construções	5.513.713,33	-	-	173.281,01	-	5.686.994,34
Equipamento básico	1.583.789,09	38.858,29	-	-	-	1.622.647,38
Equipamento de transporte	395.125,94	-	-	-	-	395.125,94
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	206.271,42	-	-	-	-	206.271,42
Outros Ativos fixos tangíveis	100.281,43	1.633,16	-	-	-	101.914,59
Activos tangíveis em curso	300.920,31	297.005,54	-	(173.281,01)	-	424.644,84
Total	8.143.095,06	337.496,99	-	-	-	8.480.592,05
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.253.044,19	146.473,72	-	-	-	2.399.517,91
Equipamento básico	1.495.661,92	27.563,24	-	-	-	1.523.225,16
Equipamento de transporte	351.487,66	10.414,29	-	-	-	361.901,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	197.904,85	1.512,25	-	-	-	199.417,10
Outros Ativos fixos tangíveis	84.782,75	3.615,42	-	-	-	88.398,17
Total	4.382.881,37	189.578,92	-	-	-	4.572.460,29
Ativos fixos tangíveis	3.760.213,69	147.918,07	-	-	-	3.908.131,76

Relativamente à revalorização de ativos fixos tangíveis, a Entidade detém dois imóveis que foram revalorizados:

- Bens do Património Histórico e Cultural:
 - Teatro Chaby Pinheiro
- Propriedades de Investimento:
 - Prédio de Alcobaça

As revalorizações ocorrerem no âmbito da renegociação dos financiamentos, para inclusão de garantias hipotecárias. As revalorizações foram efetuadas em 2011 por peritos independentes nomeados pelas entidades bancárias.

Como garantia dos financiamentos no Banco BIC, foi constituída hipoteca do Prédio Urbano, composto de edifício de cave, rés-do-chão, 1º e 2º andares e áreas técnicas, destinado a creche e jardim-de-infância, e logradouro, situado em Sítio, Estrada do Farol, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial de Nazaré, sob o nº 1500 e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 9381 (*Jardim de Infância*) e Prédio Urbano, composto de casa de rés-do-chão e 1º andar, destinado a hospital, situado em Sítio da Nazaré, Largo do Salazar, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial da Nazaré, sob o nº 1573, e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 1433 (*Hospital*).

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23.024,01	-	-	-	-	23.024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70.898,72	-	-	-	-	70.898,72
Total	93.922,73	-	-	-	-	93.922,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23.024,01	-	-	-	-	23.024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70.898,72	-	-	-	-	70.898,72
Total	93.922,73	-	-	-	-	93.922,73
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23 024,01	-	-	-	-	23 024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70 898,72	-	-	-	-	70 898,72
Total	93 922,73	-	-	-	-	93 922,73
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	23 024,01	-	-	-	-	23 024,01
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70 898,72	-	-	-	-	70 898,72
Total	93 922,73	-	-	-	-	93 922,73

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	40.358,76	(38.835,31)	1.523,45	40.358,76	(38.429,00)	1.929,76
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	40.358,76	(38.835,31)	1.523,45	40.358,76	(38.429,00)	1.929,76

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se da seguinte forma:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	113.057,24	627.176,12	740.233,36	110.755,64	740.154,71	850.910,35
Locações Financeiras	7.840,05	-	7.840,05	9.275,50	7.838,14	17.113,64
Contas caucionadas	310.000,00	-	310.000,00	300.000,00	-	300.000,00
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	11.928,75	-	11.928,75
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	430.897,29	627.176,12	1.058.073,41	431.959,89	747.992,85	1.179.952,74

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	48 952,45	24 860,88	(2 603,91)	44 305,19	49 060,46	(1 139,97)	38 765,08
Matérias-primas, sub. e de consumo	23 318,92	476 840,30	(47 566,44)	21 138,69	414 616,29	(41 423,18)	26 195,99
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	72 271,37	501 701,18	(50 170,35)	65 443,88	463 676,75	(42 563,15)	64 961,07

10. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	60.414,73	34.855,52
Prestação de Serviços	1.986.243,54	1.967.196,52
Quotas dos utilizadores	1.976.449,54	1.950.206,69
Quotas e Jóias	8.594,00	11.710,00
Serviços secundários	1.200,00	5.270,02
Descontos e abatimentos	-	9,81
Total	2.046.658,27	2.002.052,04

No ano de 2017 verificou-se um aumento total do rédito. O maior impacto na demonstração de resultados resulta fundamentalmente no aumento das vendas, com o acréscimo da atividade na Loja do Santuário e num aumento ainda que ligeiro na Prestação de serviços.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2016 e 2017, não ocorreram registos na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

A data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem passivos contingentes que possam originar exfluxo financeiro para a Entidade.

Ativos contingentes

A data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem ativos contingentes que possam originar influxo financeiro para a Entidade.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	1 329 627,90	1 303 020,89
ISS, IP - Acordos Cooperação	1 225 929,00	1 186 762,19
ISS,IP - CLDS+	103 698,90	116 258,70
Apoios do Governo	17 800,38	34 040,05
IEFP - Programas de Emprego	17 800,38	34 040,05
Total	1 347 428,28	1 337 060,94

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	58 612,74	41 141,90
Total	58 612,74	41 141,90
Total	1 406 041,02	1 378 202,84

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2016 e 31/12/2017, não se registou qualquer efeito de alterações das taxas de câmbio, uma vez que não existem nem ativos nem passivos registados com moeda diferente do Euro.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto contabilizado em 2017.

15. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2016 e 2017, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem de uma gratificação monetária para fazer face às despesas inerentes com a sua participação nos atos de gestão da Instituição, com exceção do Presidente da Mesa Administrativa que usufrui de uma remuneração aprovada em Assembleia Geral de acordo com o artº. 24 nº. 6 dos Estatutos da Entidade.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	14 772,60	11 070,30
Remunerações ao Pessoal	1 675 499,76	1 716 241,82
Indemnizações	9 037,09	13 601,20
Encargos sobre as Remunerações	365 843,16	366 422,56
Seguros de Acidentes no Trabalho	16 712,40	20 199,65
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	6 923,03	7 929,29
Total	2 088 788,04	2 135 464,82

O subsídio de alimentação é pago em espécie a todos os funcionários que dele queiram usufruir. No ano de 2017 a sua contabilização, após apuramento das refeições fornecidas, foi efetuado por contrapartida da conta de regularizações de Géneros alimentares com o consequente impacto na conta de Matérias Consumidas 41.423,18€ (47.566,44€ em 2016). As demonstrações financeiras foram reexpressadas de forma a garantir a comparabilidade com o ano anterior.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de 164 e em 2017 foi de 158.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes Investimentos financeiros:

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos Financeiros	5 008,34	3 873,37
Fundos Compensação Trabalho	5 008,34	3 873,37
Garval	5 000,00	5 000,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	10 008,34	8 873,37

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Confrades	76 375,91	73 206,11
Cartão Saúde	6 230,00	6 245,00
Perdas por imparidade acumuladas	(75 260,91)	(74 995,11)
Total	7 345,00	4 456,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

O saldo do ativo reflete o crédito de quotas dos Irmãos ativos da Instituição, cujo ficheiro no final de 2017 registava um total de 643.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2017 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	318 198,42	353 579,34
Clientes	235 108,88	269 156,01
Utentes	83 089,54	84 423,33
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes		
Clientes e Utentes em Mora	92 852,77	92 745,81
Clientes	23 815,81	23 815,81
Utentes	69 036,96	68 930,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	92 852,77	92 745,81
Clientes	23 815,81	23 815,81
Utentes	69 036,96	68 930,00
Total	318 198,42	353 579,34

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes	-	(3 805,54)
Utentes	(1 190,28)	(16 729,21)
Outros créditos a receber	(6 435,20)	
Total	(7 625,48)	(20 534,75)

Reversão por Imparidade do período

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	1 083,32	367,00
Total	1 083,32	367,00

17.4. Outros créditos a receber

A rubrica “Outros créditos a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	93,85	791,92
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Outros financiadores - Projeto CLDS+	-	-
Fornecedores - saldo devedor	-	1 627,45
Outros	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	100 266,28	30 242,28
IEFP	-	2 558,98
Segurança Social	-	-
Cirurgias - Cigic	83 379,10	6 541,40
Outros	16 887,18	21 141,90
Outros Devedores	154 505,47	166 415,75
Mais Centro - Projetos Qren	7 573,63	5 957,16
ISS, IP - CLDS+	16 504,89	136 936,92
Fabrica Paroquial Igreja Pederneira	-	4 142,43
IFAP - Projº. nº. 31-04-01-FEP-211	-	19 379,24
ISS, I.P. - PO Apoio Pessoas Mais Carenciadas	2 264,94	-
Município da Nazaré - Protocolo USF	128 162,01	-
Perdas por Imparidade	(6 169,40)	-
Total	248 696,20	199 077,40

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	6 466,50	13 925,22
Outros gastos	3 536,25	-
Total	10 002,75	13 925,22
Rendimentos a reconhecer		
ISS, IP - CLDS+	-	136 936,92
Total	-	136 936,92
Total	10 002,75	150 862,14

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2017 qualquer saldo da rubrica de “Outros Ativos Financeiros”.

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	1 850,37	12 353,64
Depósitos à ordem	39 375,29	8 099,77
Depósitos a prazo	-	-
Total	41 225,66	20 453,41

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	129 744,81	-	-	129 744,81
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	63 705,09	-	-	63 705,09
Resultados transitados	965 086,02	-	328 398,09	1 293 484,11
Excedentes de revalorização	457 949,89	-	(3 500,00)	454 449,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	981 865,49	128 162,01	(96 902,86)	1 013 124,64
Resultado Líquido do período	324 898,09	278 969,25	(324 898,09)	278 969,25
Total	2 923 249,39	407 131,26	(96 902,86)	3 233 477,79

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	194 747,81	282 502,30
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	194 747,81	282 502,30

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16 013,92	22 410,92
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	16 013,92	22 410,92
Passivo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 035,13	2 180,78
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS)	21 046,39	22 473,54
Segurança Social	73 807,93	74 195,20
Outros Impostos e Taxas	199,07	209,91
Total	97 088,52	99 059,43

17.11. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica “Outras dívidas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	20 114,29	-	4 152,01
Remunerações a pagar	-	17 346,72	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	2 767,57	-	4 152,01
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	422 685,42	-	403 801,15
Outros credores	-	236 853,35	-	228 395,16
	-	-	-	-
Total	-	679 653,06	-	636 348,32

17.12. Outros Passivos Financeiros

A rubrica de “Outros passivos financeiros” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 não apresentava qualquer saldo.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma pormenorizada na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	271 046,64	292 982,94
Serviços especializados	456 372,07	460 295,62
Materiais	43 010,02	29 746,84
Energia e fluidos	170 906,60	159 040,99
Deslocações, estadas e transportes	1 589,78	3 779,65
Serviços diversos (*)	61 328,25	49 435,35
Rendas e alugueres	24 283,17	29 152,38
Comunicação	21 170,58	8 309,48
Seguros	15 874,50	11 973,49
Outros	61 258,10	51 518,86
Total	1 065 511,46	1 046 800,25

17.15. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	191 944,45	126 760,89
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 657,71	798,09
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	237 191,45	507 986,04
Outros rendimentos e ganhos	127 488,76	200 894,29
Total	558 282,37	836 439,31

17.16. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	16 998,93	11 256,57
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	7 102,11
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	38 560,23	72 473,74
Outros Gastos e Perdas	4 196,81	8 431,83
Gastos com apoio financeiro concedido	19 634,31	13 901,28
Total	79 390,28	113 165,53

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	24 558,22	35 604,91
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	25,92	-
Total	24 584,14	35 604,91
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	(24 584,14)	(35 604,91)

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

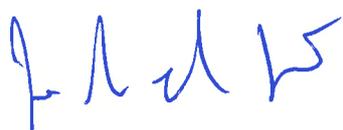
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 9 de Março de 2018.

Sítio da Nazaré, 9 de Março de 2018.

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

